



PEDAGOGIA DO ENCANTAMENTO

Cleide Martins Silva

Após, aproximadamente, quinhentos anos desde o início da colonização e até os dias de hoje, o Brasil ainda possui cerca de 16 milhões de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais, conceito que define as pessoas com menos de quatro anos de estudo.

Numa população de cerca de 170 milhões de habitantes esse quadro de analfabetismo, associado ao aumento do desemprego e da violência, contribui para elevar ainda mais a taxa de exclusão social que, atualmente atinge, por volta de 47% da população brasileira.

Entre as razões que determinam a permanência do elevado índice de analfabetismo da população destacam-se a baixa oferta de ensino, a baixa qualificação dos professores e, ainda, questões ligadas à luta pela sobrevivência, à evasão escolar precoce - chamada “expulsão” por Paulo Freire -, em razão da necessidade dos alunos de garantirem a própria subsistência.

Com índice de desemprego próximo a 20% da população ativa e com 60% de trabalhadores no mercado informal, certamente não é a perspectiva de uma potencial

melhora adquirida com o letramento que vai promover o engajamento dos jovens e adultos em processos de alfabetização. É preciso mais do que isso.

Os sujeitos aprendizes

Ao longo de cinco anos trabalhando com classes de alfabetização de jovens e adultos, ao iniciar-se cada nova turma, um simples levantamento das experiências escolares anteriores, tem revelado uma coincidência de trajetórias que confirmam as histórias de “expulsão” dos alunos dos bancos escolares em razão das necessidades precoces de trabalho para garantir a própria subsistência, e da respectiva família.

São comuns relatos do tipo: “Eu era matriculado, logo em seguida meu pai me mandava trabalhar, então tinha que deixar a escola”; “Eu era matriculado, freqüentava um mês, tinha que trabalhar, voltava pra escola e logo para o trabalho, então acabei deixando de vez”. Muitos deles, por serem o irmão(ã) mais velho(a), contam que os demais até puderam estudar, porém, o mais velho tinha que ajudar ao pai.

Outro aspecto importante que determina a falta de oportunidade de estudar desde a infância está relacionado à questão da violência doméstica; uma forma peculiar de violência à qual, de um modo generalizado, os educandos jovens e adultos foram submetidos na infância. Muitos deles ainda guardam cicatrizes físicas, e não apenas psicológicas, inacessíveis à 1ª vista. Outros tiveram que fugir de casa aos 11, 13 anos. Passou por uma destas classes uma aluna que, submetida a agressões constantes, teve que fugir de casa aos 11 anos e, para não ser encontrada pelos familiares, teve que mudar de nome. Outra me declarou ter apanhado tanto do pai que chegou a ficar cega de um olho por um período. Ainda profundamente marcada pelas agressões, uma aluna compartilhou conosco a sua tragédia: em casa era espancada pelo pai; aos onze anos fugiu de casa e empregou-se numa casa de família, tendo logo depois, aos doze anos, se casado. Do marido passou a sofrer não só agressões físicas, como também fortes ameaças de morte, tendo sido mais uma vez obrigada a fugir, deixando para trás seus filhos.

No caso das mulheres, além da necessidade de trabalhar e da violência, percebe-se também a discriminação de gênero, que faz vigorar determinações, conforme o relatado por uma aluna: “Lá de onde eu vim *muié* fêmea não estudava, não”.

Se a violência era regra nos lares, a escola também reproduzia o modelo. Alguns alunos chegaram a declarar que, na escola em que foram matriculados na infância, eram submetidos a castigos com palmatórias, o que acabou por levá-los a deixar a escola.

É comum perceber nos relatos um sentimento de culpa, quando alguns deles nos declaram terem tido a oportunidade de estudar, mas não tendo estudaram porque “não quiseram”. Tal afirmação é feita mesmo por aqueles provindos do meio rural, **onde sequer existia escola!**

Atualmente, a maioria deles, trabalham como empregados domésticos. Têm entre 20 e 60 anos. Muitos vêm para a escola, à noite, de bicicleta. Outros caminham longas distâncias, e há também os que investem boa parte do salário em passagens de ônibus. Os que moram mais distante ainda enfrentam o medo da violência nos lugares onde vivem, o que os obriga a saírem mais cedo da aula.

Quando falamos de suas expectativas com o aprendizado a fala mais marcante diz respeito ao poder ir e vir sem depender de ninguém: poder tomar um ônibus sem ter que perguntar; falam também do desejo de tirar carteira de motorista; de poder preencher fichas em bancos de forma autônoma; do desejo de ensinar aos filhos; da própria vontade de poder ler e escrever tudo o que desejarem. E ainda da esperança de poder melhorar de vida.

As histórias de vida com as quais nos pusemos em contato nos convocam a reconhecer esses indivíduos como homens e mulheres normais e realmente cidadãos úteis. A considerar cada um deles/cada uma delas não como um ser marginalizado, como um caso de anomalia social, mas, ao contrário, como um produto “normal”, considerados os parâmetros da sociedade em que vivem. Exige ainda, considerar os sujeitos, em processo de alfabetização, como portadores de saberes. Isso significa compreender os educandos como sujeitos de direito.

Para Álvaro Vieira Pinto, o adulto analfabeto é em verdade um homem culto/uma mulher culta, no sentido objetivo (não idealista) do conceito de cultura, posto que, se não fosse assim, não poderia sobreviver. Aquilo que desconhece (a leitura e a escrita, entre outros) é o que até agora não teve necessidade de aprender. Se tem podido viver até agora como analfabeto(a) é porque as condições de sua sociedade não exigiam dele o conhecimento da leitura e da escrita. (PINTO, 1986, p. 63)

Diante dessa situação, impõe-se o desafio: qual pedagogia será capaz de permitir aos educandos situarem-se historicamente para que possam perceber que as determinações a que estão submetidos são conseqüências de relações econômicas, sociais e políticas mais amplas e intencionais? Como transcender a realidade e ir além, na perspectiva de transformação social, compreendendo cada fenômeno do cotidiano, negando, assim, a concepção de uma natureza pronta e imutável?

O educador

O desafio de atuar em classes de alfabetização de jovens e adultos exige do educador que se propõe assumir tal papel uma série de atributos sem os quais o resultado da sua ação docente pode vir a comprometer o desenvolvimento dos educandos.

Conforme Álvaro Vieira Pinto, é preciso que ele compreenda que a sua atividade é eminentemente social, influi sobre os acontecimentos em curso no seu meio e só pode ser valiosa se ele admite ser conscientemente participante desses acontecimentos. (PINTO, 1986, p. 108)

Ao compreender que a educação é um fato social, será possível compreender o contexto em que vivem os educandos e as razões que os privaram do acesso à educação anteriormente. Razões estas que não foram determinadas nem pelo educando, nem por sua família, mas pela sociedade como um todo.

É importante que o educador compreenda que a educação como processo, assim sendo, é um fato histórico. Neste processo educador e educandos são sujeitos da história. O educador compreendo-se a si mesmo como inacabado, como alguém que ensina e aprende no ato de ensinar. O educando, como o sujeito da sua própria aprendizagem, um ser de relações, que não está apenas no mundo, mas com o mundo, criando e recriando, integrando-se a seu contexto e não adaptando-se. Respondendo a seus desafios, auto-objetivando-se, discernindo, transcendendo.

Mais que isso, é preciso reconhecer que os alunos são portadores de saberes. E ainda é preciso que o professor respeite os saberes dos educandos. Seus conhecimentos e experiências podem ser aproveitados no processo educativo. Decorrente deste entendimento

advém a compreensão de que ensinar não é transferir conhecimentos mas criar as possibilidades para a sua produção ou para a sua construção.

A esse respeito, Bernd Fichtner afirma que:

“Para poder aprender é preciso ensinar. E, ao mesmo tempo, quem ensina tem que ter a capacidade de aprender. O processo de aprendizagem dos seres humanos forma, junto com o processo de ensino, um sistema vivo.”

“Ações recíprocas e complementares formam esse sistema e mostram o seu caráter fundamental de colaboração.”

“A base deste sistema representa o intercâmbio das emoções e afetos entre quem ensina e quem aprende.” (SILVA, 1997, p. 147-148)

A educação é um fenômeno cultural, posto que o saber é o conjunto dos dados da cultura que se têm tornado socialmente conscientes e que a sociedade é capaz de expressar pela linguagem. Assim sendo, o processo educativo ocorrerá permeado pela comunicação.

A comunicação admite graus. Jarbas Maciel afirma que o grau máximo da comunicação é o amor. (MACIEL, 1963, p. 30) Para que a comunicação se estabeleça no grau máximo, o atributo imprescindível ao educador será a predisposição para o diálogo. E, para que o diálogo se estabeleça, será necessário que o educador saiba ouvir.

A prática pedagógica do educador que leva em conta o caráter social, histórico e cultural da educação será exercida plenamente, quando o educador considerar os ensinamentos de Paulo Freire:

É preciso que saibamos que sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, identificação com a esperança, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica. (FREIRE, 1997, p. 136)

O processo educativo

A alma possui uma necessidade absoluta e inexorável de constantes incursões ao encantamento. Ela precisa destas como o corpo precisa de alimento e a mente, de pensamentos.

Um mundo encantado é aquele que fala à alma, às misteriosas profundidades do coração e da imaginação, onde encontramos sentido, amor e união com o mundo à nossa volta. Thomas Moore

Como se pode pensar o processo do desenvolvimento do indivíduo e o processo do desenvolvimento da sociedade como um conjunto? Como se pode pensar a processo de apropriação da cultura como um processo de criação da cultura, um processo onde se origina o novo? Como se pode pensar o processo de aprender como um processo de ensinar?

Será necessária competência técnico-científica e rigor no desenvolvimento do trabalho do progressista, será necessária a compreensão do caráter social, histórico e cultural da educação, será necessária a pesquisa, porém, nenhum desses pré-requisitos permite excluir do contexto a amorosidade necessária às relações educativas. As emoções e a subjetividade dos alunos devem ser consideradas no processo como fatores importantes para melhorar a situação na sala de aula.

Em seu livro *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1997, p. 164-165) afirma que jamais pode entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista.

Deodato Rivera em seu texto não publicado *“Encantamento: Uma nova utopia na escola? (Reflexões preliminares para uma Pedagogia do Encantamento)”*, também contribui para a construção dessa proposta educacional que transcende a racionalidade. A respeito da alma cita Thomas Moore: *Crie um mundo sem alma e nada haverá nele para elevar os nossos espíritos, nada que nos proporcione diariamente experiências enriquecedoras que façam a vida valer a pena e torne o despertar a cada dia uma alegria.*

Segundo ele, ainda citando Thomas Moore, os são os seguintes os elementos fundamentais para a construção da Pedagogia do Encantamento:

- a) o ancoramento na essência da pessoa humana;
- b) a ênfase na inteligência emocional (coração) e na criatividade (imaginação);
- c) a orientação básica para o significado das vivências cotidianas e do viver em si mesmo (sentido);
- d) a valorização extrema do amor e da amorosidade; e
- e) a busca da integração da harmonia da pessoa em desenvolvimento – consigo mesma, com as outras pessoas e com todos os seres do universo, que é o verdadeiro mundo à sua volta (união).

Uma pedagogia que considere tais elementos ajuda a construir o ambiente favorável à produção do conhecimento onde o medo do professor e o mito que se cria em torno de sua pessoa vão sendo desvelados.

O efeito produzido no sujeito aprendiz ao sentir-se com autonomia para estar no comando de seus atos e do seu destino, isto é, no controle dos conteúdos de sua consciência é a alegria, a sensação de plenitude, de auto-realização. A convivência em um ambiente de respeito, de reconhecimento, aceitação e valorização dos saberes, a exploração do conteúdo significativo de palavras, as trocas possibilitadas pelo diálogo, o levantamento de problemas, a solução dos mesmos encontrada pelo grupo e, por fim, a descoberta de novas palavras com base na exploração dos pedaços da palavra sugerida no tema gerador, pode ser comparada ao que Mihaly Csikszentmihalyi chamou de “Experiência ótima”:

Esses raros momentos em que somos inteiramente donos de nós mesmos, momentos que nós mesmos criamos e nos quais “sentimos uma onda de euforia (‘exhilaration’), uma sensação agradável, que é longamente apreciada e se torna um marco em nossa memória sobre como a vida devia ser.”.

Esta experiência é capaz de elevar o curso da vida a um patamar diferente, mais qualificado e desenvolvido. Isso porque a alienação dá lugar ao envolvimento; o deleite substitui o tédio; a impotência transforma-se num sentimento de controle; e a energia psíquica trabalha para reforçar o sentido do *self*, em vez de perder-se no serviço de objetivos externos. Quando a experiência é intrinsecamente gratificante, a vida se justifica no presente, em lugar de tornar-se refém de um hipotético ganho futuro, tantas vezes impossível de concretizar.

Para Paulo Freire, a alegria presente no processo educativo também está vinculada à esperança:

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que o professor e alunos juntos podem aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria. Na verdade, do ponto de vista da natureza humana, a esperança não é algo que a ela se justaponha. A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento constante de busca, se buscasse sem esperança. A desesperança é negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto desse ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria História.

mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História. (FREIRE, 1997, p.80).

A pedagogia fundamentada nos conceitos de autonomia, liberdade, no respeito às diferenças, na crença na possibilidade de transformação da realidade, é uma experiência alegre por natureza, conforme Paulo Freire:

A atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre por natureza. É falso também tomar como inconciliáveis seriedade docente e alegria, como se a alegria fosse inimiga da rigosidade. Pelo contrário, quanto mais metodicamente rigoroso me torno na minha busca e na minha docência, tanto mais alegre me sinto e esperançoso também. A alegria não chega apenas no encontro do achado mas faz parte do processo da busca. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da boniteza e da alegria. O desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado, a sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa de outro, a alegria necessária ao que-fazer docente. É digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de querer bem e o gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido. É esta força misteriosa, às vezes chamada vocação, que explica a quase devoção com que a maioria do magistério nele permanece, apesar da imoralidade dos salários. E não apenas permanece, mas cumpre, como pode, seu dever. (FREIRE, 1997, p. 160-161)

De fato, os alunos, quando confrontados com novos desafios de aprendizagem, expressam reações de nervosismo, chegando a declarar que suas mãos ficam suadas. Porém, essas reações não se sobrepõem à alegria advinda da conquista da aprendizagem, da descoberta do novo conhecimento. Conforme Clement Rosset, *há na alegria um mecanismo aprovador que tende ir além do objeto particular que a suscitou, para afetar indiferentemente qualquer objeto e chegar a uma afirmação do caráter jubiloso da existência em geral.*(ROSSET, 2000, p. 7) Não raro, ao final de uma aula, tarde da noite, encontramos alunos que voltam para suas residências cantando pelo caminho. É comum ouvirmos declarações do tipo: “Coisa boa é estudar!”

O coordenador, como parte do grupo, também se beneficia do clima de alegria pelo prazer de acompanhar o desenvolvimento, por conhecer a intimidade do processo e por se encantar como o poder da simplicidade de seu papel. O resultado de práticas educativas que consideram os sujeitos aprendizes autores de seu próprio aprendizado é, entre outros, o de transformar a sala de aula num espaço prazeroso de vivência-convivência, ajudando a formar pessoas felizes e criativas. E essa sensação é fundamental para manter o

engajamento. Além do que, na condição de “criadores” estarão mais próximos de alcançar a tão sonhada autonomia.

Talvez os leitores/ouvintes estejam aflitos a pensar: mas que fórmula é essa? Onde buscá-la. Com certeza, poderia enumerar uma série de procedimentos e práticas educativas compatíveis com essa “pedagogia do encantamento”, mas pode ser que a maior parte delas não lhes servisse, porque essa relação precisa nascer de cada educador; e mais, de cada educador, no contexto em que se coloque frente a seus sujeitos aprendizes. Uma coisa é certa, e é necessária a advertência: essa pedagogia do encantamento não é a transformação da sala de aula num festival de jogos, ainda que jogos didáticos, elaboradíssimos, sofisticadíssimos. Eles e elas, os sujeitos aprendizes sabem o que é uma aula; e alimentam expectativas. Portanto, o encantamento de que falo é aquele que surge dessa relação sujeito-alfabetizador/sujeitos-aprendizes, pelo encanto que é a descoberta genuína do saber.

Referências Bibliográficas

1. PINTO, Álvaro Vieira, *Sete Lições sobre Educação de Adultos*, São Paulo, Cortez Editora, 1986.
2. FREIRE, Paulo, *Pedagogia da Autonomia*, São Paulo, Paz e Terra, 1997.
3. SILVA, Heron (Org.), *Identidade Social e a Construção do Conhecimento*, Porto Alegre, Ed. Secretaria Municipal de Educação, 1997.
4. MACIEL, Jarbas, *A Fundamentação Teórica do Sistema Paulo Freire*, in: Estudos Universitários, Revista de Cultura da Universidade do Recife, nº 4, Abril – Junho, 1963.
5. RIVERA, Deodato, *1. O Encantamento*, (e-mail), 2004.
6. RIVERA, Deodato, *As idéias 3. “Flow”, A natureza da Felicidade*, (e-mail), 2004.

Currículo

Pedagoga, com formação em Dinâmica de Grupo, é professora de classes de Alfabetização de Jovens e Adultos, servidora do Banco Central do Brasil, cedida ao Ministério da Educação, onde exerce a função de Coordenadora de Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica.